

TURMA:

NOME:

2º SIMULADO DE HISTÓRIA

32. A tranquilidade dos súditos só se encontra na obediência. [...] Sempre é menos ruim para o público suportar do que controlar incluso o mau governo dos reis, do qual Deus é único juiz. Aquilo que os reis parecem fazer contra a lei comum funda-se, geralmente, na razão de Estado, que é a primeira das leis, por consentimento de todo mundo, mas que é, no entanto, a mais desconhecida e a mais obscura para todos aqueles que não governam.

LUÍS XIV, Rei da França. Memórias. (Versão espanhola de Aurelio Garzón delCamino). México: Fondo de Cultura Económica, 1989. p. 28-37 (Adaptado).

As palavras do rei Luís XIV exemplificam um complexo e longo processo sociopolítico, identificado com o que comumente chamamos de Idade Moderna e que podia ser caracterizado:

- (A) por um crescente deslocamento do poder político da burguesia, que passou a ver a ascensão da nobreza feudal, cada vez mais próxima do poder e ocupando importantes cargos políticos.
- (B) pela centralização administrativa sobre os particularismos locais e pela crescente unificação territorial, ainda que os senhores de terra não perdessem inteiramente seus privilégios.
- (C) pelo fortalecimento do poder político da Igreja Católica, resultado de um processo de crescente mercantilização de suas terras e de sua conseqüente adequação ao mercado.
- (D) pelo processo de cercamento dos campos, com o conseqüente fortalecimento da nobreza feudal, a qual, com os altos impostos que pagava, contribuiu decisivamente para o fortalecimento do poder real.

33. “Na França, as guerras de religião, de imediato, interromperam o desenvolvimento do absolutismo e até mesmo ameaçaram a própria sobrevivência da unidade política do país, mas, logo a seguir, facilitaram a sua consolidação, tornando-o o mais acabado e completo de todos, uma espécie de paradigma, de modelo a ser copiado e imitado. Com efeito, nenhuma outra monarquia europeia desenvolveu como a francesa os ingredientes essenciais do poder absoluto...”

FLORENZANO, Modesto, Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado moderno no Ocidente, Lua Nova, São Paulo, 71: 11-39, 2007, pp. 31-32. <Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/01.pdf>>. Acesso em 12/08/2015.

São aspectos componentes do absolutismo:

- (A) autonomia financeira, forte aliança com a burguesia e poder judiciário autônomo e independente.
- (B) ampla autonomia financeira, poderoso exército permanente e burocracia a serviço do Estado.
- (C) forte controle financeiro, exército próprio e aliados nas colônias.
- (D) estreita ligação com a burguesia financeira, poderoso exército mercenário e burocracia estatal autoritária.
- (E) ilimitada autonomia financeira, poderosa rede de tratados com outras monarquias e poder judiciário independente.

34. O fim último, causa final e desígnio dos homens (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a conseqüência necessária (conforme se mostrou) das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito àquelas leis de natureza.

(Thomas Hobbes (1588-1679). Leviatã. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.)

O príncipe não precisa ser piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso, bastando que aparente possuir tais qualidades (...). O príncipe não deve se desviar do bem, mas deve estar sempre pronto a fazer o mal, se necessário.

(Nicolau Maquiavel (1469-1527). O Príncipe. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1986.)

Os dois fragmentos ilustram visões diferentes do Estado moderno. É possível afirmar que:

- (A) ambos defendem o absolutismo, mas Hobbes vê o Estado como uma forma de proteger os homens de sua própria periculosidade, e Maquiavel se preocupa em orientar o governante sobre a forma adequada de usar seu poder.
- (B) Hobbes defende o absolutismo, por tomá-lo como a melhor forma de assegurar a paz, e Maquiavel o recusa, por não aceitar que um governante deva se comportar apenas para realizar o bem da sociedade.
- (C) ambos rejeitam o absolutismo, por considerarem que ele impede o bem público e a democracia, valores que jamais podem ser sacrificados e que fundamentam a vida em sociedade.
- (D) Maquiavel defende o absolutismo, por acreditar que os fins positivos das ações dos governantes justificam seus meios violentos, e Hobbes o recusa, por acreditar que o Estado impede os homens de viverem de maneira harmoniosa.
- (E) ambos defendem o absolutismo, mas Maquiavel acredita que o poder deve se concentrar nas mãos de uma só pessoa, e Hobbes insiste na necessidade da sociedade participar diretamente das decisões do soberano.

TEXTO: 1 - Comum à questão: 35

Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira, de Paulo Prado (escritor a quem Mário de Andrade dedicou Macunaíma), é hoje um livro quase esquecido. Quando saiu, porém, alcançou êxito excepcional: quatro edições entre 1928 e 1931. O momento era propício para tentar explicações do Brasil, país que se via a si mesmo como um ponto de interrogação. Terra tropical e mestiça condenada ao atraso ou promessa de um eldorado sul-americano?

(BOSI, Alfredo. Céu, Inferno. São Paulo: Ática, 1988, p. 137)

35. A busca de metais preciosos ou de um *eldorado* onde o ouro fosse abundante foi a utopia de diversos conquistadores europeus. A acumulação de metais preciosos, por nações como Espanha e Portugal, na época moderna, era:

- (A) um desdobramento da expansão capitalista, momento em que o liberalismo comercial se firmou gerando o enriquecimento da burguesia, livre da intervenção econômica até então exercida pelo Estado.
- (B) um procedimento que emergiu após as descobertas de jazidas no Novo Mundo, quando os metais preciosos se tornaram o principal produto comercial negociado mundialmente.
- (C) uma maneira discutível de se dimensionar a riqueza de um Estado, por meio do sistema contábil conhecido por metalismo, que se baseava no estoque de metais extraídos em cada país.
- (D) uma prática que dever ser compreendida no contexto do sistema mercantil vigente, em que o Estado buscava tal acúmulo visando manter a balança comercial sempre positiva e defender sua moeda.
- (E) uma riqueza ilusória, considerando que os tesouros adquiridos foram rapidamente empregados no desenvolvimento industrial desses países, que não resistiu à concorrência inglesa.

36. O Estado era tanto o sujeito como o objeto da política econômica mercantilista. O mercantilismo refletia a concepção a respeito das relações entre o Estado e a nação que imperava na época (séculos XVI e XVII). Era o Estado, não a nação, o que lhe interessava.

(Eli F. Heckscher, La época mercantilista, 1943, p. 459-461

Apud Adhemar Marques e et alii (seleção), História moderna através de textos, 1989, p. 85. Adaptado)

Segundo o autor,

- (A) as relações profundas entre o Estado absolutista e o nacionalismo levaram à intolerância e a tudo o que impedia o bem-estar dos súditos, unidos por regulamentações e normas rígidas.
- (B) as práticas econômicas intervencionistas do Estado absolutista tinham o objetivo específico de enriquecer a nação, em especial, os comerciantes, que impulsionavam o comércio externo, base da acumulação da época.

- (C) o mercantilismo foi um sistema de poder, pois o Estado absolutista implantou práticas econômicas intervencionistas, cujo objetivo maior foi o fortalecimento do poder político do próprio Estado.
- (D) o Estado absolutista privilegiou sua aliada política, a nobreza, ao adotar medidas não intervencionistas, para preservar a concentração fundiária, já que a terra era a medida de riqueza da época.
- (E) a nação, compreendida como todos os súditos do Estado absolutista, era o alvo maior de todas as medidas econômicas, isto é, o intervencionismo está intimamente ligado ao nacionalismo.

37. O Mercantilismo não era um sistema em nosso sentido da palavra, mas antes um número de teorias econômicas aplicadas num esforço para conseguir riqueza e poder.

(Leo Huberman. História da riqueza do homem, 1983. Adaptado.)

Na prática econômica conhecida como Mercantilismo, a atuação do Estado:

- (A) é inexistente, uma vez que essa prática econômica é baseada na não intervenção do governo na economia.
- (B) é relativa, pois somente as colônias do continente americano são responsáveis diretamente do Estado nessa prática.
- (C) é baseada na regulamentação dos preços dos produtos nacionais, porém sem agir sobre a política alfandegária.
- (D) é efetiva, uma vez que essa prática é baseada no controle direto do governo sobre a economia.
- (E) é atuante no sentido de garantir meios e estrutura para sua prática, mas sem participar diretamente do processo.

38. Thomas Hobbes, em sua obra *Leviatã*, discute a origem da autoridade do soberano, negando sua origem divina, contrapondo a ideia de que o soberano nasce da vontade dos homens. Essa forma de governo que marcou a Idade Moderna foi:

- (A) resultado do apoio da aristocracia que, defrontando-se com problemas de obtenção de rendas, encontrou na monarquia centralizada uma nova forma para manutenção de seus privilégios.
- (B) apoiada pelos camponeses e servos que, aspirando libertar-se dos grandes proprietários de terras, passaram a apoiar a política real de unificação e centralização administrativa e judicial.
- (C) incentivada pelos setores populares urbanos (artesãos e pequenos comerciantes), interessados em neutralizar o poder dos grandes comerciantes e banqueiros nas importantes cidades europeias.
- (D) a solução para os problemas que a burguesia mercantil enfrentava, pois esta necessitava do poder real forte para efetivar uma política econômica que garantisse as suas possibilidades de expansão.
- (E) resultado de uma aliança entre o clero e a nobreza rural para apoiar a centralização do poder nas mãos do monarca e assim evitar a ascensão política da burguesia mercantil europeia.

39. Os Estados modernos, característicos da Europa Ocidental entre os séculos XV e XVII, tinham no absolutismo e no mercantilismo elementos interdependentes que, juntos, visavam garantir o seu fortalecimento político.

Acerca dos processos e formação dos Estados modernos, é CORRETO afirmar:

- (A) A constituição dos Estados modernos está ligada a um processo geral de transformações que promoveram a ascensão da burguesia industrial ao controle efetivo dos governos absolutistas.
- (B) A reordenação do exército e da burocracia visava, respectivamente, à garantia do monopólio da força e à ampliação da arrecadação de impostos, condições essenciais para a estabilidade do Estado moderno.
- (C) O despreparo intelectual da nobreza, face as renovações tecnológicas ocorridas entre os séculos XV e XVIII, implicou a anulação do poder dessa ordem no Estado moderno.
- (D) O absolutismo, como sistema político, caracterizou-se pela substituição das práticas mercantilistas pelos princípios liberais, consolidando o poder político e social da burguesia.
- (E) A colonização inglesa na América se distanciou das práticas mercantilistas em função da similitude climática e cultural entre a colônia e a metrópole.

40. “A Guerra das Duas Rosas (1455-85) representou para a aristocracia proprietária de terras, mais do que uma catástrofe natural, uma catástrofe social, um derramamento de sangue que muito a enfraqueceu...”

Uma das consequências da Guerra das Rosas na Inglaterra foi:

- (A) a ascensão da Dinastia Tudor que irá comandar o processo de formação da monarquia nacional centralizada submetendo a nobreza feudal enfraquecida diante do longo período de combates.
- (B) a disseminação da Peste Negra que foi facilitada pelas condições de pobreza ocasionadas pelas guerras e a desestruturação da produção agrícola.
- (C) a aproximação da Inglaterra com a Igreja Católica como único meio superar as divergências internas e a crise econômica.
- (D) o enfraquecimento do incipiente capitalismo inglês diante do colapso da produção de lã empobrecendo a classe dos proprietários e dos comerciantes.
- (E) a invasão estrangeira e o domínio de grande parte do território pelo Exército Real francês.

41. A expansão marítima europeia iniciou-se em 1415, com a tomada de Ceuta no norte da África. Pode-se afirmar que as centralizações possibilitaram as viagens e explorações transoceânicas, pois os Estados nacionais europeus

- (A) constituíram forças armadas poderosas capazes de conquistarem novas terras e ampliaram o consumo de produtos luxuosos pela nobreza.
- (B) possibilitaram a aliança de vários governos interessados no comércio de especiarias nas costas africanas e no extremo oriente.
- (C) dirigiram os estudos das universidades de seus países para as ciências náuticas, os conhecimentos de geografia e de matemática.
- (D) forneceram condições de financiamento de um empreendimento economicamente dispendioso e de resultados incertos a curto prazo.
- (E) estimularam o desenvolvimento econômico dos seus países e tornaram necessário o aumento do número de trabalhadores escravos.

TEXTO: 2 - Comum à questão: 42

É o comércio que os interessa [aos europeus que vêm para a América, a partir do século XV], e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis. [...]

Os problemas de novo sistema de colonização, envolvendo a ocupação de territórios quase desertos e primitivos, terão feição variada, dependendo em cada caso das circunstâncias particulares com que se apresentam. A primeira delas será a natureza dos gêneros aproveitáveis que cada um daqueles territórios proporcionará.

(Caio Prado Júnior. Formação do Brasil contemporâneo, 1987.)

42. É possível afirmar que a chegada dos europeus à América, a partir do século XV, deve ser analisada à luz

- (A) das preocupações econômicas europeias e da reorganização das rotas marítimas, que provocou uma ampliação significativa dos empreendimentos mercantis.
- (B) dos esforços europeus para imediato povoamento e ocupação dos novos territórios, a fim de permitir o início dos intercâmbios mercantis.
- (C) das dificuldades demográficas que a Europa atravessava, com a redução abrupta da população e o aumento da oferta de trabalho.
- (D) dos problemas sociais e políticos que as coroas europeias enfrentavam, devido ao crescimento do movimento operário e ao agravamento das disputas dinásticas.
- (E) da abundância de especiarias e alimentos na Europa, que obrigava os países a se aventurarem em busca de novos mercados consumidores.

43. A contestação francesa ao Tratado de Tordesilhas teve no monarca Francisco I o mais veemente representante. Em 1540 chegou a dizer que “‘o sol brilhava tanto para ele como para os outros’ e que ‘gostaria de ver o testamento de Adão para saber de que forma este dividira o mundo...’ Declarou também que só a ocupação criava o direito, que

TURMA:

NOME:

descobrir um país, isto é, vê-lo ou atravessá-lo, não constituía um ato de posse e que considerava como domínio estrangeiro unicamente ‘os lugares habitados e defendidos’. São essas as bases da colonização moderna”.

MOUSNIER, Roland. História Geral das Civilizações. Tomo IV Os Séculos XVI e XVII. Tomo IV. 2 Volumes. São Paulo: Diófel, 1958.

A crítica feita por Francisco I ao Tratado de Tordesilhas baseia-se:

- (A) no uso da força, previsto no Tratado, como forma de efetivar a ocupação das novas terras a serem descobertas.
- (B) na existência de documento papal, nunca trazido a público, que determinava em testamento a divisão do mundo.
- (C) no fato de apenas países europeus terem direito às terras, deixando de fora os países árabes do norte da África.
- (D) na divisão das terras ocidentais entre Portugal e Espanha, sem levar em consideração as demais nações europeias.
- (E) na possibilidade de qualquer país ocupar novas terras, desde que as ocupasse de fato segundo as regras do Tratado.

Final Da Prova De História

